

CONV 347/02

WG V 12

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre as Competências Complementares (Grupo V)
Assunto:	Síntese da reunião de 7 de Outubro de 2002

Durante a primeira parte da reunião, o Grupo procurou determinar as competências da União que poderiam ser classificadas na categoria das competências complementares. Foi analisado o WD 29.

Houve um amplo consenso quanto à introdução das seguintes matérias na lista: emprego, educação, formação profissional, cultura, redes transeuropeias e indústria. Uma clara maioria mostrou-se favorável à exclusão da cooperação aduaneira e da cooperação para o desenvolvimento, que, segundo a opinião geral, deveriam ser consideradas competências partilhadas.

As opiniões dividiram-se a respeito dos seguintes domínios:

- investigação (que, no entender de alguns, deveria ser classificada nas competências partilhadas devido ao seu avultado envelope orçamental; a maioria considera que o envelope financeiro não é um dos critérios seguidos pelo Grupo para definir as competências complementares);

- saúde pública (alguns frisaram que dois dos três casos mencionados no artigo 152.º permitem à Comunidade agir através da harmonização das legislações nacionais; para outros, esses dois casos seriam excepções à regra geral estabelecida pelo terceiro caso (acções de incentivo), que exclui a harmonização);
- defesa dos consumidores (para alguns, a remissão para o artigo 95.º constante do artigo 153.º faz deste domínio uma competência partilhada; outros consideram que as medidas adoptadas com base no artigo 95.º são aprovadas a título do mercado interno e não da defesa dos consumidores, que se manteria como competência complementar).

Foi também debatida a eventualidade da introdução do método aberto de coordenação no Tratado. Para diversos oradores, esta questão prende-se com os instrumentos de acção e não com as competências, ultrapassando, pois, o mandato do Grupo. O Presidente indicou que o relatório final incluirá uma menção neste sentido.

A grande maioria dos membros considerou que o mandato do Grupo não o autoriza a propor a reformulação das bases jurídicas nem o aditamento de novas competências ou a supressão das que já existem. O Presidente referiu que o Grupo poderá comunicar aos órgãos competentes da Convenção as sugestões formuladas neste sentido.

Muitos membros preconizaram que seja introduzido no Tratado um artigo em matéria de administração pública e boa governação.

O Grupo dedicou a segunda parte da reunião à análise dos vários pontos do projecto de relatório apresentado pelo Presidente (WD 30).

No que se refere à denominação das competências complementares, as opiniões dividiram-se: uns defenderam o termo "medidas auxiliares" (*assisting measures*) proposto pelo Presidente, tendo outros apoiado expressões como "medidas complementares" ou "acções complementares" (*complementary measures or actions*) ou até "medidas de apoio" (*supporting measures*).

O Grupo concordou, de uma forma geral, com o ponto 3 do documento. Alguns mostraram dúvidas a respeito da proposta de eventual reformulação da referência a "uma união cada vez mais estreita" constante do preâmbulo do TCE.

O ponto 4 também mereceu o apoio geral. Alguns membros mostraram-se, contudo, apreensivos quanto às referências que nele se fazem a respeito de dois tratados distintos, e pediram que sejam dadas garantias acerca dos procedimentos de revisão. Em seu entender, as actuais bases jurídicas devem figurar num tratado sujeito às mesmas regras de revisão que o Tratado Constitucional em que seria feita a "delimitação fundamental" das competências.

Quanto ao ponto 5, as opiniões dividiram-se a respeito do penúltimo travessão das recomendações. Alguns manifestaram um certo receio quanto à rigidez da frase "A legislação da União (regulamentos e directivas) não pode ser aprovada a título de medidas de apoio" e propuseram, nomeadamente, o aditamento de "excepto nos domínios previstos pelo Tratado". Outros afirmaram que a frase em questão condiciona à partida a definição dos instrumentos, a cargo do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação.

O Grupo decidiu realizar uma reunião extraordinária para terminar a análise do documento antes da última reunião (de 30 de Outubro).